



# Diário Oficial

## Anaurilândia - Estado de Mato Grosso do Sul

DIOANA - Diário Oficial do Município de Anaurilândia - MS

Criado pela Lei Nº674 de 06 de Janeiro de 2017

Quinta-feira, 29 de Junho de 2017

Ano: 001

Edição: nº112

### PREGÃO PRESENCIAL

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 110/2017 (PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2017)

##### PARTES:

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Anaurilândia.

**CONTRATADA:** VILLA MED COMERCIAL HOSPITALAR LTDA. ME

**OBJETO:** Aquisição de medicamentos pactuados, para uso na Farmácia Básica.

##### DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.301.0014.2054 - 33.90.32.00.00

**VALOR:** R\$ 63.159,61 (sessenta e três mil, cento e cinquenta e nove reais e sessenta e um centavos)

**PRAZO:** 31 de Dezembro de 2017.

**DATA DA ASSINATURA:** 05 de Junho de 2017.

**ASSINAM:** Sr. EDSON STEFANO TAKAZONO - Prefeito Municipal, e a empresa VILLA MED COMERCIAL HOSPITALAR LTDA. ME

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 111/2017 (PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2017)

##### PARTES:

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Anaurilândia.

**CONTRATADA:** MC PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI - ME

**OBJETO:** Aquisição de medicamentos pactuados, para uso na Farmácia Básica.

##### DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.301.0014.2054 - 33.90.32.00.00

**VALOR:** R\$ 32.710,15 (trinta e dois mil, setecentos e dez reais e quinze centavos)

**PRAZO:** 31 de Dezembro de 2017.

**DATA DA ASSINATURA:** 05 de Junho de 2017.

**ASSINAM:** Sr. EDSON STEFANO TAKAZONO - Prefeito Municipal, e a empresa MC PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI - ME

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 113/2017 (PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2017)

##### PARTES:

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Anaurilândia.

**CONTRATADA:** COTAL - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS TRANSPORTADORES AUTÔNOMOS RODOVIÁRIOS DE ANAURILÂNDIA.

**OBJETO:** Contratação do serviço para transporte escolar de alunos da rede Pública de Ensino, para o ano Letivo de 2017, do município de Anaurilândia, de acordo com as disposições e especificações constantes deste Edital e seus anexos, conforme Pregão (Presencial) nº 022/2017.

##### DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

01.12.0008.006.361.2027 - 33.90.39.00.00

**VALOR:** R\$ 49.549,50 (quarenta e nove mil, quinhentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos)

**PRAZO:** 121 dias letivo

**DATA DA ASSINATURA:** 12 de Junho de 2017.

**ASSINAM:** Sr. EDSON STEFANO TAKAZONO - Prefeito Municipal, e o Sr. Douglas Heleno da Silva Alves da Cooperativa COTAL - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS TRANSPORTADORES AUTÔNOMOS RODOVIÁRIOS DE ANAURILÂNDIA

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 112/2017 (PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2017)

##### PARTES:

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Anaurilândia.

**CONTRATADA:** JOAO FRANCISCO DE ANDRADE ME

**OBJETO:** Aquisição de itens de farmácia para atender as escolas e creches municipais, em conformidade com as condições e especificações descritas no edital e seus anexos.

##### DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

006.0008.2026 - 33.90.30.00.00

**VALOR:** R\$ 23.018,50 (vinte e três mil, dezoito reais e cinquenta centavos)

**PRAZO:** 31 de Dezembro de 2017

**DATA DA ASSINATURA:** 08 de junho de 2017.

**ASSINAM:** Sr. EDSON STEFANO TAKAZONO - Prefeito Municipal, e o Sr. João Francisco de Andrade da empresa JOÃO FRANCISCO DE ANDRADE ME.

### ATOS DO GOVERNO MUNICIPAL



ANAURILÂNDIA  
PREFEITURA

GOVERNO DE TRANSFORMAÇÃO

#### PUBLICADO POR INCORREÇÃO

#### JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2017 (ART. 11 DO DECRETO Nº. 1.209/2017 E ART. 32 DA LEI FEDERAL Nº. 13.019/2014).

##### **DADOS DA ENTIDADE:**

O INSTITUTO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, com sede na cidade de Anaurilândia/MS à Rua São João Calábria nº 1044, foi fundado em 16 de março de 2006, é uma entidade filantrópica, de utilidade pública federal nº. 3415 de 19 de abril de 2000 e lei municipal (Lei Municipal nº. 451, de 09 de maio de 2006), inscrita no C.N.P.J.(M.F.) sob o nº. 07.905.940/0001-79.

##### **OBJETO PROPOSTO:**

A entidade se propõe a realizar atendimento médico-hospitalar à população do município de Anaurilândia/MS, pelo período inicial de 07 (sete) meses, oferecendo serviços com qualidade e presteza.

##### **MODALIDADE DE PARCERIA:**

Com fundamento no inciso VIII do artigo 2º da Lei Federal nº. 13.019/2014 e artigo 3º do Decreto Municipal nº. 1.209 de 14 de Março de 2017, a modalidade de parceria a ser firmada com o Instituto Sagrado Coração de Jesus é o **Termo de Fomento**.

##### **ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:**

Aprimorar o atendimento médico-hospitalar, promovendo melhor atendimento aos usuários e uma melhor parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, com o objetivo de oferecer um serviço médico de qualidade a toda a população.

##### **NATUREZA DAS DESPESAS:**

Pagamento de despesas para cobertura do custeio operacional do "Instituto Sagrado Coração de Jesus", compreendo pessoal, pagamento de plantões médicos, aquisição de equipamentos e materiais de ambulatório; água e energia elétrica e encargos sociais.

##### **PRAZO DE DURAÇÃO:**

O presente Termo de Fomento tem duração de 07 (sete) meses, iniciando em Junho de 2017 e finalizado em Dezembro de 2017.

##### **VALOR TOTAL PROPOSTO:**

O valor total proposto da parceria é de R\$ 549.850,00 (quinhentos e quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta reais), a serem pagos em 07 (sete) parcelas mensais e sucessivas, conforme Plano de Trabalho aprovado.

##### **FUNDAMENTAÇÃO:**

Na forma do artigo 10 do Decreto nº. 1.209 de 14 de março de 2017: "O chamamento público será considerado inexigível, nas seguintes situações, sem prejuízo de outras: I - na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações, em razão da natureza singular do objeto do plano de trabalho ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica; II - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos; e III - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do artigo 12 da Lei Federal 4.320/64, observado o disposto no artigo 26 da Lei Complementar Federal 101/2000".

No mesmo sentido, o artigo 31 da Lei Federal nº. 13.019/2014: "Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015) I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015) II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000".

No caso específico, o Instituto Sagrado Coração de Jesus (entidade filantrópica), é o **ÚNICO** hospital do município de Anaurilândia/MS.

Rua Marechal Floriano Peixoto, 1000 - Centro  
CEP: 79770-000 - Anaurilândia-MS Fone: (67) 3445-1110



# Diário Oficial

## Anaurilândia - Estado de Mato Grosso do Sul

DIOANA - Diário Oficial do Município de Anaurilândia - MS

Criado pela Lei Nº674 de 06 de Janeiro de 2017

Quinta-feira, 29 de Junho de 2017

Ano: 001

Edição: nº112



GOVERNO DE TRANSFORMAÇÃO

Ademais, a Lei Municipal nº. 500, de 06 de maio de 2009, "autorizou o Poder Executivo a celebrar convênios, auxílios financeiros ou instrumentos similares, abrangendo desta forma, o Instituto Sagrado Coração de Jesus.

Conforme informado pelo referido Instituto, quando da manifestação para formalização do termo de fomento, desde a sua fundação, o hospital mantido pela entidade, desenvolve suas atividades em parceria com o Poder Público.

Também como narrado naquele expediente, a entidade atendeu no último ano 1.068 (um mil e sessenta e oito) pacientes, com 484 (quatrocentos e oitenta e quatro) internações, e 10.059 (dez mil e cinquenta e nove) procedimentos, conforme relatório de atividades apresentado pela mesma.

Desta forma, os requisitos exigidos pela legislação restam cumpridos, justificando a presente inexistência de chamamento público.

Anaurilândia/MS, 22 de junho de 2017.

**Edson Stefano Takazono**  
Prefeito Municipal

**Antônio Roberto Catarino**  
Secretário Municipal de Saúde

Rua Marechal Floriano Peixoto, 1000 - Centro  
CEP: 79770-000 - Anaurilândia-MS Fone: (67) 3445-1110



GOVERNO DE TRANSFORMAÇÃO

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| REFERÊNCIA:                      | Inexistência de chamamento público – Termo de Fomento.   |
| FUNDAMENTAÇÃO:                   | Arts. 31 e 32 da Lei Complementar Federal nº 13.019/2014 c/c Arts. 10 e 11 do Decreto nº 1.209/2017.   |
| PROPONENTE:                      | <b>Instituto Sagrado Coração de Jesus</b>  |
| C.NP.J.:                         | 07.905.940/0001-79   |
| ENDEREÇO:                        | Rua São João Calábria nº. 1044, Centro, no município de Anaurilândia/MS.   |
| OBJETO PROPOSTO:                 | A entidade se propõe a realizar atendimento médico-hospitalar à população do município de Anaurilândia/MS, pelo período inicial de 07 (oito) meses, oferecendo serviços com qualidade e presteza.  |
| VALOR TOTAL DO PROPOSTO:         | R\$ 549.850,00 (quinhentos e quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta reais), a serem pagos em 07 (sete) parcelas mensais e sucessivas.   |
| VIGÊNCIA:                        | Junho/2017 a Dezembro/2017.  |
| TIPO DE PARCERIA:                | Fomento.   |
| JUSTIFICATIVA PELA INEXISTÊNCIA: | O "INSTITUTO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS" trata-se do <u>UNICO</u> hospital do município de Anaurilândia/MS.<br>Ademais, a Lei Municipal nº. 500, de 06 de maio de 2009, "autorizou o Poder Executivo a firmar parceria com entidades...<br>Conforme informado por referida entidade quando da manifestação para formalização do termo de fomento, desde a sua fundação, o hospital, mantido pela entidade, desenvolve suas atividades em parceria com o Poder Público. Atendeu no último ano 1.068 (um mil e sessenta e oito) pacientes, com 484 (quatrocentos e oitenta e quatro) internações, e 10.059 (dez mil e cinquenta e nove) procedimentos. |
| ASSINAM:                         | Edson Stefano Takazono – Prefeito Municipal de Anaurilândia.<br>Antônio Roberto Catarino – Secretário Municipal de Saúde.  |
| LOCAL E DATA:                    | Anaurilândia/MS, 22 de junho de 2017.  |

Rua Marechal Floriano Peixoto, 1000 - Centro  
CEP: 79770-000 - Anaurilândia-MS Fone: (67) 3445-1110



GOVERNO DE TRANSFORMAÇÃO

PUBLICADO POR INCORREÇÃO

TERMO DE FOMENTO Nº: 114/2017

Processo Administrativo nº 051/2017  
Inexistência de nº 003/2017

**PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ANAURILÂNDIA – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E O INSTITUTO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE ANAURILÂNDIA – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 03.575.727/0001-95, estabelecido nesta cidade, na Rua Floriano Peixoto nº. 1000, Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **Edson Stefano Takazono**, portador da cédula de identidade RG nº. 12105700 SSP/SP e do C.P.F.(M.F.) nº. 204.868.041-00, doravante denominado CONCEDENTE e do outro lado o **INSTITUTO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS**, entidade filantrópica, de utilidade pública estadual e municipal, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº. 07.905.940/0001-79, estabelecida nesta cidade, na Rua São João Calábria nº. 1044, Centro, neste ato representado por seu Presidente, **Maria José Bezerra**, portadora da cédula de identidade RG nº. 28.863.512-7 SSP/SP e do C.P.F.(M.F.) nº. 172.035.541-04, doravante denominada PROPONENTE, resolvem celebrar o **TERMO DE FOMENTO**, com fundamento no Processo Administrativo nº. 051/2017, na Lei Federal nº. 13.019/2014, no Decreto Municipal nº. 1.209/2017, sujeitando-se, no que couber, às normas contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto o repasse de recursos financeiros do CONCEDENTE para a PROPONENTE, para o pagamento de despesas para cobertura do custeio operacional do "Instituto Sagrado Coração de Jesus", compreendendo pagamento de pessoal, pagamento de plantões médicos, aquisição de equipamentos e materiais de ambulatório; água e energia elétrica e encargos sociais, conforme Plano de Trabalho aprovado, integrante deste Termo.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO

2.1 – O presente Termo de Fomento terá como Gestor da PROPONENTE a Sr.<sup>a</sup> **Maria José Bezerra**, portadora do RG nº. 28.863.512-7 SSP/SP e do CPF nº 172.035.541-04, que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria.

2.2 – O CONCEDENTE designa como Gestor do presente Termo de Fomento o Sr. **Antônio Roberto Catarino**, Secretário Municipal de Saúde de Anaurilândia/MS, portador do RG nº. 35758609-8 SSP/SP e do CPF nº. 204.687.761-68.

2.2 – O CONCEDENTE designa como Fiscal do presente Termo de Fomento (a) Sr. **Murilo Rodrigues Gomes** servidor(a) público(a) municipal, ocupante do cargo de Enfermeiro, lotado(a) na Secretaria de Saúde de Anaurilândia/MS, portador do RG nº. 001663169 SEJUSP/MS e do CPF nº. 034.186.311-42.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

3.1 – SÃO OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE:

- fornecer os recursos para a execução do objeto deste Termo de Fomento;
- acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, antes e durante a vigência do objeto;
- promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela Proponente;
- aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
- notificar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Anaurilândia/MS;
- publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município;
- receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela Proponente;
- elaborar elucidativo parecer conclusivo sobre a prestação de contas da proponente, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

3.2 – SÃO OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE:

- responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Fomento;



# Diário Oficial

## Anaurilândia - Estado de Mato Grosso do Sul

DIOANA - Diário Oficial do Município de Anaurilândia - MS

Criado pela Lei Nº674 de 06 de Janeiro de 2017

Quinta-feira, 29 de Junho de 2017

Ano: 001

Edição: nº112

- b) prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
- c) permitir livre acesso do Gestor, do Fiscal, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Instrumento, junto às instalações da PROPONENTE;
- d) responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
- e) responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
- f) manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas integral, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
- g) identificar o número do instrumento da parceria e Órgão repassador no corpo dos documentos da despesa e em seguida extrair cópia para anexar à prestação de contas a ser entregue no prazo ao CONCEDENTE, inclusive indicar o valor pago quando a despesa for paga parcialmente com recursos do objeto;
- h) divulgar esta parceria em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, com as seguintes informações: data da assinatura, identificação do Instrumento, do Órgão CONCEDENTE, descrição do objeto da parceria, valor total da parceria, valores liberados, e situação da prestação de contas da parceria, bem como atender a Lei Federal nº 12.527/2011;
- i) comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada na forma da legislação aplicável, mediante procedimento da fiscalização da Administração Pública Municipal, sob pena de suspensão da transferência;
- j) não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública;
- k) prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho aprovado, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;
- l) observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
- m) comprovar todas as despesas por meio de notas fiscais eletrônicas ou recibo de autônomo (RPA), com a devida identificação da parceria celebrada, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;
- n) aplicar os recursos repassados pelo CONCEDENTE e os correspondentes à sua contrapartida, exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;
- o) comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta bancária;
- p) não aplicar taxa de administração ou despesas administrativas como condição para a execução do presente objeto;
- q) ressarcir aos cofres públicos os saldos remanescentes decorrentes das aplicações correspondentes até 30 dias após o término do prazo da parceria, salvo se forem utilizados;
- r) promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;
- s) comprovar mensalmente através de efetividade e de forma integral no final do Termo de Fomento todas as metas quantitativas e atendimentos de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho;
- t) efetuar cotação e pesquisa de preços, conforme regulamento próprio da entidade, para aquisição de materiais e serviços;
- u) manter-se adimplente com o Poder Público concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
- v) comunicar ao CONCEDENTE a substituição dos responsáveis pelo PROPONENTE, assim como alterações em seu Estatuto.

### CLÁUSULA QUARTA – REGIME JURÍDICO DO PESSOAL

4.1 – A contratação de empregados para a execução do objeto, quando pagos integralmente com recursos desta parceria, deverá obedecer ao princípio da legalidade, impessoalidade e da publicidade, mediante a realização de processo seletivo simplificado.

4.2 – Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies, entre o CONCEDENTE e o pessoal que a PROPONENTE utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste Instrumento.

### CLÁUSULA QUINTA – DO REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

5.1 – Para a execução das atividades previstas neste Termo de Fomento, no presente exercício, o CONCEDENTE transferirá à PROPONENTE, de acordo com o cronograma de execução, o valor total de R\$ 549.850,00 (quinhentos e quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta reais), em 07 (sete) parcelas mensais e sucessivas.

5.2 – As partes reconhecem que caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

### CLÁUSULA SEXTA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

6.1 – Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados na conta específica da PROPONENTE, vinculada ao objeto, na agência nº 3928-4, no Banco do Brasil, na Conta Corrente nº 8300-3 e aplicados no mercado financeiro ou em caderneta de poupança, até sua utilização.

6.2 – Os recursos depositados na conta bancária específica deste instrumento, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em fundo de aplicação financeira ou caderneta de poupança, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública.

6.3 – Os pagamentos deverão ser efetuados por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, Débito), nos pagamentos realizados a pessoas físicas e/ou jurídicas, inclusive dos empregados. Excepcionalmente, poderá ser utilizada a emissão de cheque nominal a pessoas físicas e/ou jurídicas que não possuam conta bancária.

6.4 – Os rendimentos financeiros dos valores aplicados conforme mencionado no item 6.2 poderão ser utilizados pela PROPONENTE desde que não haja desvio de finalidade do objeto e dentro das condições previstas neste instrumento.

6.5 – A PROPONENTE deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos.

6.6 – A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a PROPONENTE a participar de novas parcerias, acordos ou ajustes com a Administração Municipal.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

7.1 – A PROPONENTE compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- inexecução do objeto;
- falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- não apresentação dos documentos previstos neste Termo de Fomento.

7.1.1 – Compromete-se, ainda a PROPONENTE, a recolher à conta do CONCEDENTE o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

### CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 – A PROPONENTE obriga-se a prestar contas de acordo com os critérios e indicações exigidos pelo CONCEDENTE, com elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, destacados nos relatórios de execução do objeto e de execução financeira, bem como entregar balanço patrimonial, balancete analítico anual, demonstração de resultado do exercício e demonstração das origens e aplicação dos recursos da Entidade parceira, segundo as normas contábeis vigentes.

8.2 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia subsequente ao da prestação de contas integral, a PROPONENTE se compromete a manter em arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

### CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

A vigência deste Termo de Fomento vigorará de 01 de junho de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PROIBIÇÕES

Fica ainda proibido à PROPONENTE:

- redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
- integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do Município concedente;



# Diário Oficial

## Anaurilândia - Estado de Mato Grosso do Sul

DIOANA - Diário Oficial do Município de Anaurilândia - MS

Criado pela Lei Nº674 de 06 de Janeiro de 2017

Quinta-feira, 29 de Junho de 2017

Ano: 001

Edição: nº112

- c) realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo de Fomento;
- d) utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração;
- e) utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Fomento;
- f) executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- g) transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias que não haja comprovante;
- h) retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
- i) deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida pactuada no Plano de Trabalho, se for o caso;
- j) realizar despesas com:
  - j.1) multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias;
  - j.2) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
  - j.3) obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas;
  - j.4) pagamento de despesas bancárias.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REGISÃO E DA DENÚNCIA

11.1 – O presente Termo de Fomento poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer momento, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência.

11.2 – Constitui motivo para rescisão do Termo de Fomento o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatado pelo CONCEDENTE a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

12.1 – Este Termo de Fomento poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE ADITAMENTO.

12.1.1 – Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho com prévia apreciação do CONCEDENTE e aprovação do Gestor deste Instrumento em conjunto com o Controle Interno da Prefeitura Municipal de Anaurilândia/MS, ficando vedada a alteração do objeto em qualquer hipótese.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 – O extrato do presente Termo de Fomento será publicado no Diário Oficial do Município de Anaurilândia/MS, pelo CONCEDENTE.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 – As despesas decorrentes deste Termo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

- 10.302.0012.2051 – Gestão da Média Alt. Complex. Amb. Mac. Contr. Hosp.
- 33504300 – Subvenções Sociais
- 10.301.0011.2080 – FIS Saúde
- 33504300 – Subvenções Sociais

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Anaurilândia – Estado de Mato Grosso do Sul para dirimir as dúvidas de interpretações deste instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente.

Anaurilândia/MS, 22 de junho de 2017.

**EDSON STEFANO TAKAZONO**  
Prefeito Municipal  
CONCEDENTE

**MARIA JOSÉ BEZERRA**  
Presidente do Instituto Sagrado  
Coração de Jesus  
PROPONENTE

### TESTEMUNHAS:

NOME:  
CPF/MF:  
RG:

NOME:  
CPF/MF:  
RG:

Rua Marechal Floriano Peixoto, 1000 - Centro  
CEP: 79770-000 - Anaurilândia-MS Fone: (67) 3445-1110

### ATOS DO LEGISLATIVO MUNICIPAL



Estado do Mato Grosso do Sul  
Câmara Municipal de Anaurilândia

|                              |                       |  |
|------------------------------|-----------------------|--|
| Extrato de Empenho           | Data:                 | 22/06/2017                                 |
|                              | Nº do empenho:        | 143/17                                     |
|                              | Dispensa Licitação    |  |
| C.N.P.J.: 15.487.960/0001-03 | Processo:             | 22/17                                      |
| Município: ANAURILÂNDIA MS   |                       |  |
| <b>Órgão:</b>                | 06                    | - CÂMARA MUNICIPAL DE ANAURILÂNDIA         |
| <b>Unidade:</b>              | 001                   | - CÂMARA MUNICIPAL DE ANAURILÂNDIA         |
| <b>Funcional:</b>            | 01.031.0101           | - MODERNIZAÇÃO AÇÃO LEGISLATIVA            |
| <b>Projeto/Atividade:</b>    | 2.075                 | - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO LEGISLATIVO |
| <b>Elemento:</b>             | 3.3.90.52.39.59.00.00 | - SERVIÇO DE ÁUDIO VÍDEO E FOTO            |

Valor Total do Empenho: 3.000,00 (três mil reais)

Credor: 105 MARCELO BARRETO CAVALCANTE

Objeto:  
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DAS SESSÕES PLENÁRIAS DESTA CAMARA.

### CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### RESOLUÇÃO Nº 10/17, de 21 de junho de 2017.

“DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DAS PARCERIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE ANAURILÂNDIA/MS E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL”.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 13 de junho de 2017, de acordo com as competências estabelecidas em seu Regimento Interno e que lhe confere no artigo 28 da Lei nº 8.742, de 7 dezembro de 1993 da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e:

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar, no âmbito do município de Anaurilândia – Estado de Mato Grosso do Sul, os procedimentos previstos na Lei Federal 13.019/2014, de 31 de julho de 2014;

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.209, que regulamenta as parcerias entre o município de Anaurilândia – Estado de Mato Grosso do Sul e as Organizações da Sociedade Civil;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar os repasses do Recurso Estadual para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e seu monitoramento.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Anaurilândia/MS, 21 de junho de 2017.

Tatiane Cristina dos Santos  
Presidente do Conselho Municipal de  
Assistência Social – CMAS

Rua Floriano Peixoto, 855 - Centro - Anaurilândia - MS  
Fone: (67) 3445 1117 - Fax: (67) 3445-1911 -  
E-mail - [semas.anaurilandia@gmail.com](mailto:semas.anaurilandia@gmail.com)  
CEP: 79770-000